

Félix Pereira de Magalhães

Fernando de Sousa

Colectão
Parlamento

**FÉLIX PEREIRA
DE
MAGALHÃES**

**UM POLÍTICO
DO LIBERALISMO PORTUGUÊS
(1794-1878)**



Publicações Dom Quixote
Edifício Arcis
Rua Ivone Silva, n.º 6 – 2.º
1050-124 Lisboa • Portugal

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© 2004, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote
Co-edição: AR e PDQ
Capa: Assembleia da República

Revisão: Clara Vitorino
1.ª edição: Fevereiro de 2008
Paginação: Segundo Capítulo
Depósito legal n.º 269 792/08
Impressão e acabamento: Printer Portuguesa

ISBN: 978-972-20-3567-5

www.dquixote.pt

FÉLIX PEREIRA
DE
MAGALHÃES

UM POLÍTICO
DO LIBERALISMO PORTUGUÊS
(1794-1878)

FERNANDO DE SOUSA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



DOM QUIXOTE



Publicações Dom Quixote
Edifício Arcis
Rua Ivone Silva, n.º 6 – 2.º
1050-124 Lisboa • Portugal

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© 2004, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote
Co-edição: AR e PDQ
Capa: Assembleia da República

Revisão: Clara Vitorino
1.ª edição: Fevereiro de 2008
Paginação: Segundo Capítulo
Depósito legal n.º 269 792/08
Impressão e acabamento: Printer Portuguesa

ISBN: 978-972-20-0000-0

www.dquixote.pt

Índice

Prólogo.....	19
Introdução	23

Parte I

FÉLIX PEREIRA DE MAGALHÃES – PERFIL DE UM CIDADÃO LIBERAL

1. Das suas origens trasmontanas à revolução liberal de 1820.....	33
2. Iniciação política. Membro e secretário da Sociedade Patriótica Portuense (1822-1823).....	35
3. A outorga da Carta Constitucional por Pedro I, imperador do Brasil e rei de Portugal (1826)	41
4. Pereira de Magalhães no exílio (1828-1832).....	43
5. O regresso de Pereira de Magalhães a Portugal (1832).....	45
6. Secretário da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1832).....	47
7. No desempenho de uma comissão oficial nos Açores (1833).....	51
8. Dos Açores à instalação de Pereira de Magalhães em Lisboa e sua eleição para o Senado (1833-1838).....	57
9. A Revolução de Setembro, a abolição da Carta Constitucional e a formação de uma nova Constituição (1836-1838).....	61

10. A eleição de Pereira de Magalhães para o Senado (1838).....	63
11. O senador Pereira de Magalhães (1839-1842)	65
12. Comissões públicas exercidas por Pereira de Magalhães (1839-1842).....	67
12.1. Presidente da Comissão do projecto do Código Administrativo (1839-1842).....	67
12.2. Comissão da Organização da Fazenda Pública (1841)	67
12.3. Comissão Administrativa da Misericórdia de Lisboa (1841)	68
13. Pereira de Magalhães e a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1841).....	69
14. A emergência do Cabralismo (1842)	73
15. O Governo da Restauração (1842-1846)	77
16. O deputado Pereira de Magalhães (1842-1845).....	81
17. Funções públicas desempenhadas por Pereira de Magalhães nos anos em que foi membro da Câmara dos Deputados (1842-1845).....	83
17.1. Comissão Administrativa da Misericórdia de Lisboa e Hospital de São José (1841-1846).....	83
17.2. Companhia das Lezírias do Tejo (1843?)	86
17.3. Director da Caixa Económica de Lisboa (1845-1846)	87
17.4. Companhia dos Canais da Azambuja (1844-1859?).....	88
18. Pereira de Magalhães, conselheiro de Estado e par do Reino (1845).....	93
19. As revoluções da Maria da Fonte e Patuleia (1846-1847).....	95
20. O Governo do duque de Saldanha (1847-1849)	97
21. Pereira de Magalhães na Câmara dos Pares do Reino (1846-1849).....	99
22. Pereira de Magalhães na direcção do Banco de Portugal (1846-1849)	101
23. O Governo de Costa Cabral (1849-1851)	103
24. Pereira de Magalhães, ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça e ministro do Reino (1849-1851).....	109
25. Os Governos do marechal Saldanha e a Regeneração (1851-1856)	111
26. Pereira de Magalhães, chefe da oposição ao Governo do duque de Saldanha, na Câmara dos Pares do Reino (1852-1853).....	113
27. O afastamento de Pereira de Magalhães da vida política (1853-1878)	115

Parte II

ACTIVIDADE POLÍTICA DE FÉLIX PEREIRA DE MAGALHÃES (1839-1853)

1. Pereira de Magalhães, senador (1839-1842).....	125
1.1. Simplificar o processo judicial e reduzir os custos da justiça (1839)	125
1.2. Em defesa do empréstimo a contrair pela Câmara Municipal do Porto e de alunos da Universidade de Coimbra (1839)	126
1.3. No debate da criação do Tribunal de Contas (1839).....	126
1.4. Sobre a renovação do Senado, a publicidade das suas sessões, o Teatro Nacional, a pensão a António Feliciano de Castilho e o procedimento relativo aos projectos de lei remetidos da Câmara dos Deputados (1839)	128
1.5. Sobre a reforma do Terreiro Público (1839)	130
1.6. Em defesa do pagamento da dívida dos Açores durante a guerra de 1832-1834, pela Junta do Crédito Público (1839)	130
1.7. Criticando o Governo por este pretender contrair um empréstimo para o qual não estabelece qualquer forma de amortização (1839)	131
1.8. Em defesa dos funcionários públicos (1839).....	131
1.9. Em defesa da Companhia dos Vinhos do Porto (1839)	132
1.10. A propósito dos emolumentos dos contadores dos juízos de primeira instância de Lisboa (1840).....	132
1.11. Quem é senador? (1840)	133
1.12. Apresentação do projecto de lei sobre a organização do Tribunal de Justiça dos Senadores (1840).....	134
1.13. De novo o Tribunal de Contas (1840).....	135
1.14. Apresentação de um projecto de lei orgânica dos juízes de direito de primeira instância (1840)	136
1.15. A propósito do contencioso administrativo (1840).....	137
1.16. Providências que o Ministério da Fazenda deve tomar para a arrecadação dos dinheiros públicos e outras obrigações que lhe competem (1840).....	138
1.17. Ainda a organização da Fazenda (1840).....	138
1.18. Sobre a liberdade de imprensa (1840)	139
1.19. Contra os empréstimos do Governo (1840).....	140
1.20. Sobre a transferência dos juízes (1840)	140

1.21.	Sobre a reforma judiciária (1840).....	141
1.22.	Interpelando o ministro da Fazenda sobre várias medidas que tomou (1841).....	141
1.23.	Quem deve ser considerado senador? (1841)	142
1.24.	Em torno das contribuições municipais e da sujeição dos municípios ao Governo (1841)	142
1.25.	Sobre a dedução da décima às classes activas dos servidores do Estado (1841).....	143
1.26.	Sobre a venda e doações do Governo a câmaras municipais e outras instituições ou organismos; publicidade das sessões da Câmara do Senado; pagamento das dívidas dos conventos em papel-moeda; convenção de Évora-Monte; sisas; Junta Administrativa da Universidade de Coimbra; atribuições do Governo quanto a contratos; organização dos conselhos municipais; tesoureiros das câmaras municipais (1841)	143
	<i>Balanço da actividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto senador...</i>	148
2.	Pereira de Magalhães, deputado (1842-1845)	153
2.1.	Sobre a cobrança de impostos e as operações de crédito para o Governo cobrir as despesas públicas (1842).....	153
2.2.	Em defesa dos vinhos do Douro e do alargamento das funções públicas cometidas à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1842-1843)	159
2.3.	Na reorganização da Junta do Crédito Público (1843)	160
2.4.	Acerca do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (1843).....	161
2.5.	Em defesa do Conselho de Estado, refutando Passos Manuel (1843)	162
2.6.	Reorganização da administração dos estabelecimentos pios (1843) ..	162
2.7.	Município de Arouca (1844).....	163
2.8.	Inverno dramático em Trás-os-Montes e redução da décima aos seus habitantes (1844-1845)	163
2.9.	Justificando as faltas ao Parlamento (1844).....	165
2.10.	Conversão dos títulos de dívida (1845)	166
	<i>Balanço da actividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto deputado.</i>	166
3.	Pereira de Magalhães, par do Reino (1846-1849)	171
3.1.	Saneamento da cidade de Lisboa (1846)	171
3.2.	Organização da Câmara dos Pares em Tribunal de Justiça (1846).....	172
3.3.	Dos magistrados e juizes (1848).....	174

3.4.	Responsabilidade dos ministros de Estado pelos actos praticados (1848).....	175
3.5.	Responsabilizando um anterior ministro da Fazenda a propósito da Companhia dos Canais da Azambuja (1848).....	176
3.6.	O Banco de Portugal e o fundo especial de amortização de dívidas do Estado (1848).....	177
3.7.	Tributo sobre as aguardentes do Douro (1848).....	178
3.8.	A questão do vinho na província da Estremadura (1848).....	178
3.9.	Em defesa do Banco de Portugal (1848).....	179
3.10.	Em defesa da Junta do Crédito Público (1848).....	182
3.11.	Quanto à acumulação de funções pelos pares do Reino, questão desencadeada pelo conde do Farrobo a propósito de José da Silva Carvalho, par do Reino e presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1849).....	183
3.12.	Discussão da proposta de lei n.º 57, estabelecendo a aposentação da magistratura judiciária (1849).....	186
3.13.	De novo a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1849).....	191
	<i>Balanço da actividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto par do Reino.</i>	192
4.	Pereira de Magalhães, ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1849-1851).....	195
4.1.	Na discussão do Orçamento do seu Ministério (1849).....	196
4.2.	Intervenção a propósito do contrato do empréstimo do Governo com o Banco de Portugal (1849).....	197
4.3.	Promulgação enquanto ministro da Justiça, da lei das aposentações dos magistrados judiciais (1849).....	198
4.4.	Promulgação da lei dos agravos de petição (1849).....	198
4.5.	Regulamentação da lei das aposentações dos magistrados (1849).....	198
4.6.	Promulgação do decreto de regulamentação da Secretaria de Estado da Justiça (1849).....	199
4.7.	Promulgação da lei de regulamentação dos rendimentos das colegiadas (1849).....	199
4.8.	Regulamentação dos tribunais de comércio de primeira instância (1850).....	200
4.9.	Pereira de Magalhães e a lei de liberdade de imprensa ou «lei das rolhas» (1850).....	200

4.10.	Proposta de lei sobre uma nova divisão eclesiástica do Reino (1850)	207
4.11.	Definindo actos de comércio (1850).....	208
4.12.	Decreto do ministro da Justiça, a propósito da redacção do novo Código Civil (1850).....	208
4.13.	Proposta de lei n.º 31, apresentada pelo ministro da Justiça, no Parlamento, de alteração da lei de imprensa de 3 de Agosto de 1850 (1851).....	209
	<i>Balanço da actividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça</i>	209
5.	Pereira de Magalhães, chefe da opposição parlamentar na Câmara dos Pares (1852-1853).....	213
5.1.	Em defesa do Governo a que pertencera (1852).....	213
5.2.	Em defesa do seu Governo e criticando o Governo do duque de Saldanha (1853).....	215
5.3.	Esclarecimentos e resposta de Pereira de Magalhães às intervenções críticas do ministro da Fazenda e do ministro dos Negócios Estrangeiros (1853).....	220
5.4.	Em defesa do Banco de Portugal (1853).....	221
5.5.	Em defesa do seu Governo, a propósito do Tribunal de Contas (1853).....	223
5.6.	A propósito do contrato do Governo com a Companhia Central Peninsular dos Caminhos-de-Ferro de Portugal (1853).....	224
	<i>Balanço da actividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto chefe da opposição parlamentar na Câmara dos Pares</i>	225

Parte III

INTERVENÇÕES PARLAMENTARES, INICIATIVAS LEGISLATIVAS E PRINCIPAIS DIPLOMAS PROMULGADOS ENQUANTO MINISTRO DA JUSTIÇA

1.	Requerimentos e intervenção de Pereira de Magalhães a propósito da necessidade de se simplificar o processo judicial e reduzir os custos da justiça (1839).....	235
2.	Na discussão da criação do Tribunal de Contas (1839).....	238
3.	Sobre a reestruturação do Terreiro Público (1839).....	251

4. A propósito do projecto de lei sobre o pagamento da dívida contraída pelos Açores durante a guerra civil (1832-1834) (1839)	254
5. No âmbito do projecto de lei sobre a concessão de meios ao Governo (1839).....	256
6. Na discussão do projecto de lei, vindo da Câmara dos Deputados, que autorizava o Governo a aumentar o número dos contadores dos juízos de 1.ª instância da cidade de Lisboa ou a reduzir a tabela dos emolumentos (1840)..	261
7. Relatório e projecto de lei sobre a organização do Tribunal de Justiça dos Senadores e responsabilidade dos ministros e secretários de Estado (1840)	264
8. Relatório e projecto de lei orgânica respectiva aos juízes de direito de primeira instância em geral (1840).....	277
9. A propósito do contencioso administrativo, no âmbito da resposta ao discurso do trono (1840)	287
10. Na discussão do projecto de resposta ao discurso do trono, sugerindo ao ministro da Fazenda as providências que deve tomar para a arrecadação de dinheiros públicos (1840)	292
11. Rejeitando a designação de convenção à amnistia de Évora-Monte (1840).	295
12. Na discussão das instruções relativas às pautas das Alfândegas, interpellando o ministro da Fazenda (1841).....	296
13. Pronunciando-se sobre quem e quando deve ser considerado senador e sua substituição (1841).....	300
14. A propósito do projecto de lei relativo às contribuições municipais (1841).	304
15. Na discussão do projecto de lei sobre a dedução da décima às classes activas dos servidores do Estado (1841)	309
16. Sobre a cobrança de impostos e as operações de crédito necessárias para o Governo cobrir as despesas (1842)	315
17. Em defesa dos vinhos do Douro e da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1842-1843)	322
18. Na reorganização da Junta do Crédito Público (1843)	368
19. Acerca do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (1843)	373
20. Em defesa da Companhia das Lezírias (1843).....	381
21. A propósito da reorganização da administração dos estabelecimentos pios (1843).....	383
22. Em defesa do saneamento da cidade de Lisboa (1846)	399
23. Projecto de lei sobre a organização da Câmara dos Pares em Tribunal de Justiça (1846).....	408

24. Projecto de lei sobre a responsabilidade dos membros do Governo (1848)....	416
25. Proposta destinada a censurar João de Oliveira, conde do Tojal, enquanto ministro da Fazenda em 1847, por ter excedido as suas atribuições (1848).....	423
26. Em defesa do Banco de Portugal e da situação do fundo especial de amortização das dívidas do Estado (1848).....	428
27. Sobre o tributo das aguardentes do Douro (1848).....	433
28. Sobre a questão do vinho na Estremadura (1848).....	435
29. Em defesa do Banco de Portugal, na discussão do parecer n.º 42 sobre a proposta de lei que estabelece a forma dos recebimentos e pagamentos em notas do Banco de Lisboa (1848).....	439
30. Carta de lei em que se estabelecem as regras que devem seguir-se na aposentação dos magistrados judiciais e dos agentes do Ministério Público (1849)	461
31. Carta de lei em que se estabelecem as regras que devem seguir-se nos agravos de petição ou de instrumento (1849).....	465
32. Em defesa da aprovação do contrato de empréstimo do Governo com o Banco de Portugal (1849).....	468
33. Regulamentação da carta de lei de 16 de Junho de 1848, relativa às colegiadas do Reino (1850).....	472
34. Regulamentação dos tribunais de comércio de 1.ª instância (1850).....	475
35. Sobre o projecto do Governo acerca da liberdade de imprensa, na Câmara dos Deputados (1850).....	476
36. Na apresentação da proposta de lei do Governo quanto aos actos de comércio, na Câmara dos Deputados (1850).....	490
37. Proposta de lei do Governo sobre a divisão eclesiástica do Continente e a união, redução e circunscrição das suas dioceses, apresentada na Câmara dos Deputados, e que deu origem a um projecto de lei da mesma Câmara (1850).....	492
38. Em defesa do projecto de lei sobre a liberdade de imprensa, na Câmara dos Pares (1850).....	499
39. Carta de lei em que é reputado acto de comércio tudo o que tem relação com letras da terra, livranças e bilhetes à ordem (1850).....	519
40. Decreto a propósito da redacção do novo Código Civil (1850).....	519
41. Proposta de lei do Governo apresentada à Câmara dos Deputados, de alteração à lei da imprensa de 3 de Agosto de 1850 (1851).....	521
42. Na discussão do projecto de resposta ao discurso da Coroa (1852).....	525
43. Na discussão do projecto de resposta ao discurso da Coroa (1853).....	531

44. A propósito do Tribunal de Contas (1853).....	557
45. Na discussão do artigo 5.º do orçamento da despesa (1853)	560
Conclusão.....	563
<i>Cronologia</i>	571
<i>Fontes e bibliografia</i>	597
<i>Abstract</i>	607
<i>Índice analítico</i>	615

A António Henriques de Oliveira Marques, um dos
maiores historiadores portugueses do século XX

PRÓLOGO

Creio que é apodíctico afirmar que em toda a obra humana há factos exteriores à mesma (que não fazem parte da sua estrutura), factos que se aglutinam e, depois, se evidenciam como genuína causa do seu aparecimento. São esses factos que se registam neste singelo texto. O leitor fica a saber como surge o livro *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*.

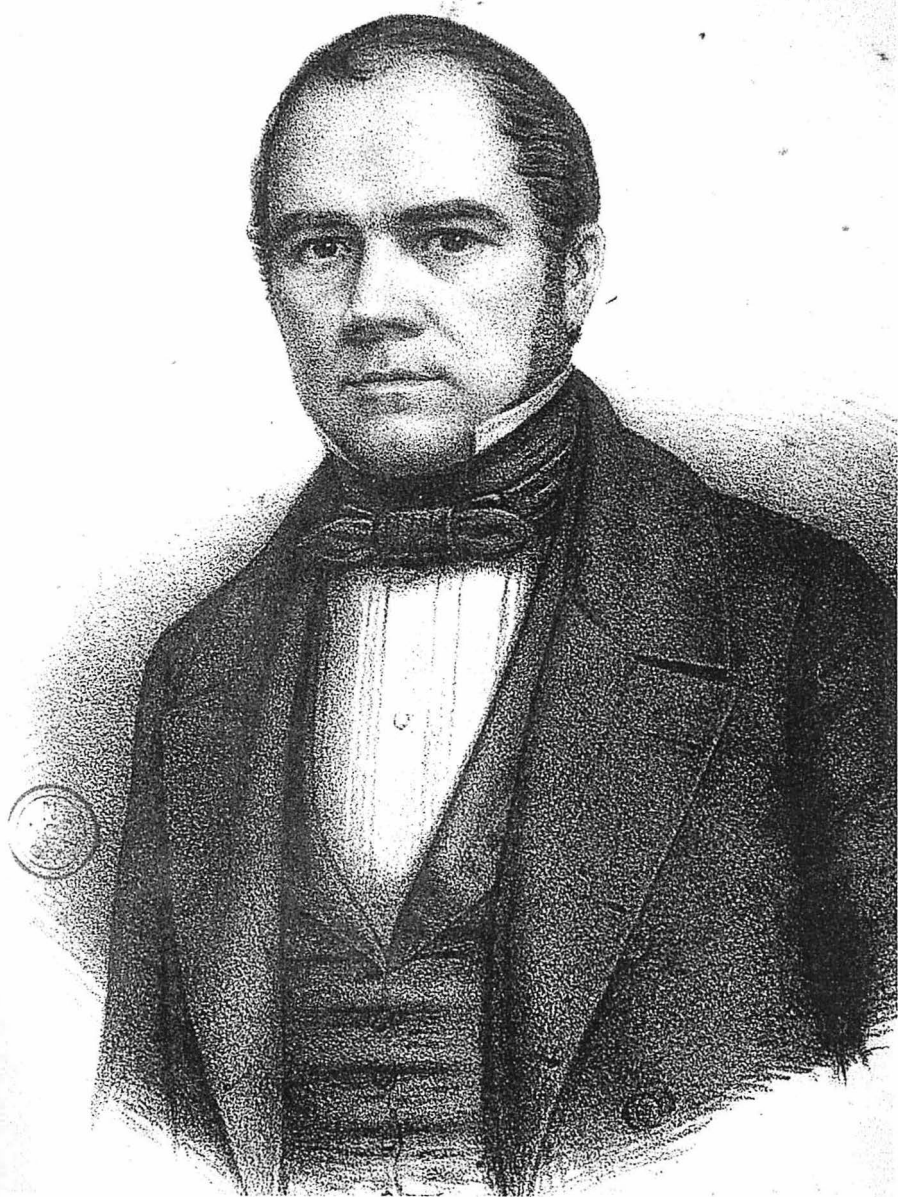
Na década de 1930, durante a minha adolescência, o meu tio-avô Félix de Magalhães Aguiar, neto e afilhado de Félix Pereira de Magalhães, encantava-me com histórias acerca do seu avô e, portanto, do meu trisavô. Algumas constam do meu livro *Digressões Autobiográficas*, publicado em 1997. Mas verdade é que não tinha e não conseguia mais elementos sobre a vida do meu trisavô, não obstante algumas diligências feitas junto de pessoas de formação adequada. Só em 2000, mercê da ajuda amiga e prestimosa do Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, a Fundação Eng. António de Almeida reeditou, num só volume, sob os títulos *Vinhos do Douro* e *Restauração da Coroa de D. Maria II*, dois textos de Félix Pereira de Magalhães, cujos títulos originais são *Discursos sobre o Comércio e Agricultura dos Vinhos do Douro* e *Apontamentos para a História Diplomática de Portugal*. O Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves prefaciou a obra e eu escrevi uma sucinta apresentação. A reedição destes trabalhos de Félix Pereira de Magalhães fortaleceu-me a convicção de que eram apenas indícios de um valioso percurso de vida e de que, por isso, deveria incentivar a sua investigação. Numa das conversas que tive com o Prof. Doutor Fernando de Sousa dei-lhe a conhecer aquela minha convicção e consultei-o sobre se era ou não de se perseguir a pesquisa. A sua resposta foi pronta e eficiente: no decorrer das investigações por ele desenvolvidas sobre a Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro) surge Pereira de Magalhães a desempenhar funções de secretário-geral, o que permite conhecer o seu desempenho e as ligações que manteve com a Real Companhia Velha durante algumas décadas (1833-1853). Em consequência deste feliz acontecimento, convidei, em nome da Fundação Eng. António de Almeida, o Prof. Doutor Fernando de Sousa para desenvolver um projecto de investigação sobre

Félix Pereira de Magalhães. O Prof. Doutor Fernando de Sousa, à medida que, por si e seus colaboradores, mercê da investigação, ia conhecendo o percurso da vida de Félix Pereira de Magalhães, mais acentuava a sua curiosidade. Pôde dizer-me que se estava a fazer um trabalho de resgate do passado de um homem que, de origens modestas, austero e sóbrio, soube construir uma carreira profissional de sucesso, que triunfou na vida por mérito próprio, que foi uma das figuras mais importantes do Cabralismo (1842-1851), dado o modo como se houve nos cargos desempenhados nos planos político, económico e institucional; que Félix Pereira de Magalhães actuava discretamente sempre com espírito de missão de serviço público e de homem de Estado, fiel à Carta Constitucional e ao ideário liberal e que granjeara excepcional prestígio.

O Prof. Doutor Fernando de Sousa, enquanto deputado e presidente da Comissão do Património da Assembleia da República, conseguiu criar a Colecção Parlamento que tem editado obras de relevo. Com a edição de *Félix Pereira de Magalhães. Um político do liberalismo português (1794-1878)*, na Colecção Parlamento, a Assembleia da República concretiza, mais uma vez, o seu meritório labor.

Desejo expressar, em meu nome e no da Fundação Eng. António de Almeida, à Assembleia da República, na pessoa do seu Presidente Jaime Gama, o agradecimento por ter acolhido a edição do livro. Ao Prof. Doutor Fernando de Sousa, além do agradecimento pela sua disponibilidade e entusiasmo, o reconhecimento pelo seu trabalho devotado, rigoroso e metódico que, sem laivos panegíricos, dá a conhecer Félix Pereira de Magalhães.

Fernando Aguiar-Branco
Presidente da Fundação Eng. António de Almeida



Félix Pereira de Magalhães

INTRODUÇÃO

«A biografia na história contemporânea portuguesa
acha-se ainda nos seus começos.»

(OLIVEIRA MARQUES, *Guia de História da
1.ª República Portuguesa*, Lisboa, 1981)

Oliveira Marques escreveu, a propósito da Primeira República, que a escassez das biografias «constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia» dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava «claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na selecção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais actuaentes nos variados campos da actividade humana».

Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, já não tem pleno cabimento, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do liberalismo em Portugal, verificamos que o panorama, ainda hoje, não é animador. É certo que algumas das figuras políticas do Portugal Contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano nos órgãos de soberania do Estado, primeiros-ministros e membros do Governo, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredados das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece, e por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia existente poderia, desde logo, eliminar.

O caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos foi construído desde cedo. Logo em 1822, José Gorjão publicava a *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza*. Em 1843, da autoria do deputado João de Azevedo ou de outro deputado, iniciou-se a publicação do *Diccionario biographico politico, ou galeria dos contemporaneos*, logo interrompida, porém, devido à revolta de Torres Novas, em Fevereiro de 1844, razão pela qual apenas foram publicadas as biografias de trinta e pouco deputados.

A obra de 1822, no entanto, ficou por muito tempo isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos governos liberais e republicanos ou por parte do Parlamento, qualquer preocupação de dar a conhecer, em publicações sintéticas, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os diferentes órgãos de soberania.

Em 1858, Eduardo Tavares publicou a sua *Galeria Pittoresca da Câmara dos Pares...*, com algumas notas interessantes sobre os seus membros.

Se tivermos, porém, de relevar o esforço meritório de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento que devemos atribuir o principal mérito. Com efeito, para além da iniciativa isolada que já referimos, a partir do último quartel do século XIX, verificamos que algum trabalho foi realizado com o objectivo de dar a conhecer governantes e deputados, dando origem a estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e os retratos dos políticos em particular.

Em 1871, José Augusto da Silva deu-nos a *Notícia dos ministros e secretários de Estado do regime constitucional...*

Em 1875, era publicada a *Estatística methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875*.

Entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de S. Clemente) publicou as suas valiosas *Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, para além de nos relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», também nos fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se têm avantajado no parlamento português».

Em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa, no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, deu-nos o quadro cronológico dos ministérios, desde 1830 até 1905, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da câmara criada em 1838, e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Em 1906, era publicada a *Estatística do Pariato Português desde a Fundação até 31 de Dezembro de 1905*.

Em 1911, na obra *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, reatou-se o espírito que presidiu à publicação de 1822, com notícias biográficas daqueles que delas fizeram parte, estudo só recentemente ultrapassado por um trabalho de que falaremos mais adiante, mas que, infelizmente, nem foi continuada nem actualizada para as legislaturas seguintes.

Durante o Estado Novo, os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, começaram a inserir notícias biográficas de deputados e outras figuras públicas, mas sem o carácter sistemático e contínuo que seria de desejar.

Finalmente, para algumas legislaturas da Assembleia da República das últimas duas décadas, aquele órgão de soberania publicou as *Biografias dos Deputados*, mas com pouco rigor e sem definir o modelo, por mais simples que fosse, a que deveria obedecer a recolha das biografias dos deputados.

Na VII Legislatura da Assembleia da República (1995-1999), enquanto deputado à Assembleia da República e presidente da Comissão para a História do Parlamento,

criada em 1996, tive a oportunidade de concretizar um vasto projecto de investigação, já alinhavado na legislatura anterior, para o qual convidei historiadores da Época Contemporânea, destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974. No âmbito desse projecto, na Colecção Parlamento que a referida Comissão então lançou, foram publicadas as obras *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, tendo como coordenador o professor Oliveira Marques; o *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora a professora Zília Osório de Castro; e o *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910 e 1926-1974)*, coordenado pelos professores Maria Filomena Mónica, Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, trabalhos estes que vieram colmatar uma importante lacuna da nossa História Política Contemporânea.

Ainda no âmbito da Colecção Parlamento, foram publicadas biografias de vários políticos, nomeadamente sobre Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho e o duque de Ávila e Bolama.

Fora do âmbito parlamentar, várias obras surgiram, nos séculos XIX e XX, que dão, também, valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses.

De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de alguns trabalhos, um do século XIX e outros do presente.

De finais do oitocentismo português, apenas referimos um estudo excelente, mas pouco utilizado, as *Luctas caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos, para a época referida, dando conta de aspectos inéditos e singulares relativos à vida dos mesmos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu carácter inovador, saudamos o estudo coordenado pela professora Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, de 1996. Em 1995 e 1999, relativamente ao Tribunal de Contas e por iniciativa de António de Sousa Franco, vieram a ser publicados dois trabalhos de natureza biográfica, respectivamente os *Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e Do Erário Régio ao Tribunal de Contas. Os presidentes*. Em 2001 publicou-se a obra *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenado pelo professor António Costa Pinto.

E o próprio autor deste trabalho, relativamente a Trás-os-Montes, lançou em 2002 *Os Governadores Cívicos de Vila Real* e tem pronto para publicação *Os Governadores Cívicos de Bragança*.

De qualquer modo, continuam a faltar-nos obras que, de um modo sistemático, nos forneçam as biografias dos políticos portugueses dos últimos dois séculos. Esta lacuna coloca-se sobretudo no plano dos sucessivos Governos que, desde 1820, vieram até ao presente. Ninguém sabe quem foram, por exemplo, os primeiros-ministros ou os ministros da Justiça deste país. A investigação que acabou de ser feita para os presidentes da República e para os parlamentares tem de ser alargada, com urgência, para o período em questão, às personalidades que integraram o poder executivo. Não com a profundidade e a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil. Mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, no mínimo, a sua naturalidade, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das fun-

ções governativas, outros cargos políticos exercidos, e a actividade desenvolvida no exercício das suas funções políticas.

Estas considerações vêm a propósito de Félix Pereira de Magalhães, um influente político do liberalismo português (1794-1878), senador, deputado, par do Reino e ministro, que desempenhou outras funções de relevo em várias instituições, nomeadamente as de presidente do Banco de Portugal, e cuja biografia, até ao presente, se fica pelo que se encontra registado em enciclopédias e no volume II do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenado por Maria Filomena Mónica.

Deste trasmontano de rija cepa, que nos deixou alguns trabalhos de grande importância, só dois dizem respeito à sua actividade política: o *Relatorio e projecto de lei sobre a Organização do Tribunal de Justiça dos Senadores, e responsabilidade dos ministros e secretários d'Estado*, enquanto senador, em 1840; e os *Discursos do senhor Félix Pereira de Magalhães deputado ás Cortes pela provincia de Traz-os-Montes sobre o commercio e agricultura dos Vinhos do Douro*, enquanto deputado, em 1842. Aquele relatório e estes discursos apenas nos dão uma pálida amostra do labor deste temido e destemido tribuno parlamentar que, entre 1838-1853, se assumiu como uma das vozes mais lúcidas e mais persistentes das nossas Cortes e dos Governos a que pertenceu.

As minhas preocupações sobre Félix Pereira de Magalhães iniciaram-se na sequência do projecto de investigação que dirigi sobre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ou Real Companhia Velha que, em 2006, completou 250 anos de existência¹.

Com efeito, Pereira de Magalhães exerceu, em 1832, funções de secretário da Companhia, tema que abordei num Seminário do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia* (2005), com uma comunicação intitulada *A Companhia dos Vinhos do Porto e Félix Pereira de Magalhães (1833-1853)*, no âmbito da qual pude compreender o papel fulcral que ele desempenhou naquelas funções e mais tarde, enquanto deputado, no alargamento dos poderes de fiscalização e regulação dos vinhos do Alto Douro delegados pelo Estado à Companhia.

A consulta das actas das sessões das Câmaras dos Senadores, Deputados e Dignos Pares do Reino, em torno do tema da Companhia e dos vinhos do Alto Douro acabou por me levar à actividade política e cívica desenvolvida por Pereira de Magalhães no século XIX, apercebendo-me, então, da verdadeira dimensão e significado da mesma, uma vez que Pereira de Magalhães, para além dos vinhos do Alto Douro – tema recorrente nas Cortes de então –, debruçou-se sobre os mais variados assuntos ligados à administração pública, justiça e finanças.

A sua participação nos debates das Cortes é constante entre os anos de 1839-1853, saldando-se por centenas de intervenções, umas mais pequenas, que decorriam do

¹ SOUSA, Fernando de – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* (1756-2006). Porto: CEPESE, 2006.

debate parlamentar, outras extensas, que, não raras vezes, deram azo a espaço autónomo nos *Diários do Governo*.

O levantamento que fizemos baseou-se fundamentalmente nas fontes impressas oficiais, os *Diários do Governo*, *Diários da Câmara dos Deputados* e *Diários da Câmara dos Pares*, e no Arquivo da Assembleia da República. Interessou-nos, sobretudo, o Félix Pereira de Magalhães político, uma vez que o essencial da sua actividade política desenvolveu-se nas Cortes – como senador, deputado e par do Reino, isto é, enquanto parlamentar – e como ministro do Governo de Costa Cabral.

Contudo, procurámos também dar a conhecer outros aspectos da intervenção pública e cívica de Pereira de Magalhães noutras instituições e organizações, trabalhando, para tal, no Arquivo do Banco de Portugal, de que foi o primeiro presidente, e noutras publicações periódicas, nomeadamente os jornais do seu tempo.

Não foi tarefa fácil escrever esta monografia de natureza biográfica e política. Em primeiro lugar, porque Félix Pereira de Magalhães nunca teve quem escrevesse sobre ele e, muito menos, o seu historiador, apesar de ter sido durante o Setembrismo, Cartismo e, sobretudo, nos anos do Cabralismo (1842-1851), um dos homens mais influentes do País, quer pelas funções e cargos que ocupou a nível político, económico e institucional, quer pelas redes de amizade e convivência que soube criar em Lisboa e no âmbito das elites nacionais, quer pelo sentido de Estado, de serviço público e de uma certa isenção e independência que demonstrou em todos os lugares que ocupou, quer, finalmente, pela intervenção discreta mas eficaz que assumiu no jogo de bastidores da política nacional durante o período já referido.

Em segundo lugar, porque não nos foi possível descobrir o paradeiro do seu arquivo particular, que possuía, mas que, como tudo leva a crer, acabou por se dispersar entre os seus herdeiros, de tal forma que Fernando Aguiar Branco, presidente da Fundação Engenheiro António de Almeida e seu descendente directo, confessa, com alguma amargura, que nada possui do seu trisavô, Félix Pereira de Magalhães.

Finalmente, porque a ressurreição deste homem é, pelas razões expostas, eminentemente política, deixando na sombra, quase sempre, a sua vida privada e familiar – sabendo nós que, muitas vezes, esta condiciona ou influencia fortemente a vida política –, da qual apenas sabemos que permaneceu solteiro toda a vida, apesar de ser pai de três filhas que reconheceu e acompanhou na sua educação.

No que à biografia política de Pereira de Magalhães diz respeito, fomos confrontados com a multiplicidade e diversidade das suas intervenções parlamentares, obrigando-nos a reflectir maduramente quanto ao método e critérios a adoptar para darmos conta da riqueza, profundidade e complexidade dos temas que tratou. Embora recolhendo todas as suas participações nos debates parlamentares, demos particular atenção àqueles em que Pereira de Magalhães dominou ou influenciou de modo determinante a discussão política. As intervenções mais curtas ou meramente episódicas serviram-nos, contudo, para captar a sua argúcia, a sua atenção às agendas diárias do Parlamento, as suas preocupações e interpretações relativas ao que estava em dis-

cussão, as simpatias e antipatias que por vezes perpassam nas suas observações ou apartes, e as informações que em certos momentos nos ofereceu quanto aos cargos não políticos que ocupou, a alguns aspectos da sua vida que desconhecemos ou a justificações *a posteriori* de posições que tomou no passado.

Ao abordarmos a história deste político do nosso liberalismo oitocentista, procuramos descrever a sua carreira, apresentar o seu pensamento e as suas ideias, compreender a sua lógica e argumentação, de forma a darmos um retrato fiel e rigoroso de Pereira de Magalhães, tendo como pano de fundo, naturalmente, o tempo em que viveu e no qual deixou marca singular e indelével, sem qualquer preocupação, longe disso, de fazermos a história da época em que Pereira de Magalhães foi mais activo politicamente – que para tal existem as várias Histórias de Portugal e os recentes e excelentes trabalhos de historiadores como os de Maria de Fátima Bonifácio e José Miguel Sardica, que consultámos, mas que se revelaram pouco úteis para o estudo do nosso jurista.

Assim, dividimos este trabalho em três partes.

Na primeira, traçamos a biografia de Pereira de Magalhães tão completa quanto as fontes o permitem, mas não tão exaustiva como gostaríamos de apresentar, uma vez que os documentos e informações relativos à sua vida são escassos e Pereira de Magalhães manteve um profundo silêncio sobre a sua vida particular, fiel ao princípio de que vida política e vida privada são totalmente independentes, deixando-nos apenas vislumbrar alguns aspectos da sua vida cívica e política em raras intervenções parlamentares. Neste capítulo, entendemos ainda esgotar a actividade cívica de Pereira de Magalhães nas instituições e empresas que dirigiu ou em que teve papel de relevo.

Na segunda parte, procuramos analisar, integrar e comentar os seus discursos e intervenções mais importantes no Parlamento, de forma a apreendermos o modo como actuou no Senado, Câmara dos Deputados, Câmara do Pares e no Governo, as suas preocupações de carácter político, as suas iniciativas legislativas, posições e oposições, enfim, o papel político que desenvolveu no Portugal de então, basicamente, desde o Setembrismo à Regeneração (1839-1853).

A terceira parte compila, como não podia deixar de ser num estudo desta natureza, os principais discursos e intervenções parlamentares de Félix Pereira de Magalhães, para o leitor apreender de forma irredutível a sua oratória e práticas discursivas, a lógica da sua argumentação, a pertinência e oportunidade das suas intervenções, a multiplicidade dos temas que tratou.

Torna-se evidente que, tanto na segunda como na terceira parte, a recolha e análise das suas intervenções parlamentares constituem o resultado das nossas escolhas e opções, uma vez que para comentarmos e transcrevermos todos os discursos e intervenções parlamentares de Pereira de Magalhães – que, para serem plenamente compreendidos e integrados, deveriam ainda, no que toca às discussões em que participou, levar à transcrição das intervenções de outros parlamentares que com ele se cruzaram, comentando, criticando ou apoiando as suas posições, e dos projectos de lei apresentados pelo Governo que defendeu ou atacou –, seria necessário duplicar seguramente a dimensão desta obra. Rejeitámos, desde o início, esta hipótese de análise e apresentação dos textos de Pereira de Magalhães, mesmo não nos facilitando o nosso trabalho,

uma vez que fomos obrigados a ler na íntegra os diplomas em discussão e os debates parlamentares em que o nosso político participou.

Interessou-nos fundamentalmente, isso sim, compreender as posições políticas de Pereira de Magalhães, a lógica da sua argumentação, a coerência ou incoerência de princípios, a sua aptidão para dominar o debate e para responder com oportunidade aos seus opositores, enfim, as suas preocupações políticas. Foi isto que fizemos, conscientes de que, quanto aos seus discursos, não havia qualquer dúvida, até pela importância formal que lhes foi dada nos diários das Câmaras dos Pares do Reino e Deputados ou no *Diário do Governo*, mas que, quanto aos debates menos importantes, outras opções poderiam eventualmente vir a ser tomadas. Estamos seguros, porém, de que captámos o essencial da sua actividade política, nas suas múltiplas facetas, de forma a podermos traçar com segurança o seu perfil político e a relevância do papel que assumiu na formação do Estado liberal português.

Esperamos, assim, com este trabalho de investigação, dar a conhecer uma figura política do século XIX português, Félix Pereira de Magalhães, até hoje praticamente desconhecida, um homem que, oriundo de uma família trasmontana da média burguesia rural, com inegável talento e persistência foi capaz de triunfar e impor-se política, social e economicamente na capital do Reino, granjeando notoriedade, prestígio e fortuna sem perda do seu bom nome e da sua identidade que sempre procurou respeitar.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este projecto de investigação em torno de Félix Pereira de Magalhães se tornasse realidade.

Ao doutor Fernando Aguiar Branco, presidente da Fundação Eng. António de Almeida e trineto de Pereira de Magalhães, que desde há alguns anos nos desafiava para investigar e escrever uma biografia deste trasmontano ilustre que ele admira, pelo patrocínio que a Fundação Eng. António de Almeida concedeu à investigação que desenvolvemos.

À senhora conselheira Adelina Sá Carvalho, esclarecida e dedicada secretária-geral da Assembleia da República, que desde a primeira hora nos incentivou a efectuarmos este trabalho.


Aos doutores Diogo Ferreira, Francisco Vieira, Maria José Ferraria, Paula Barros, Paulo Amorim e, sobretudo, ao doutor Ricardo Rocha, pela colaboração que nos prestaram na fase de recolha das intervenções de Pereira de Magalhães no Parlamento e na produção do índice analítico.

Finalmente, ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pelas condições de trabalho que nos proporcionou para que este estudo se concretizasse.




ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

FUNDAÇÃO
ENG. ANTONIO DE ALMEIDA


DOM QUIXOTE